

## PLANEJAMENTO EM ÁREA DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE O BAIRRO CIDADE CRISTO REI (MONTES CLAROS-MG, BRASIL)

Planejamento em área de vulnerabilidade social...

FONSECA, Guilherme Henrique de Oliveira\*. - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Mestre em Sociedade, Ambiente e Território - UFMG. Pós-graduado em Docência do ensino superior - FASA. MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. - no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedepar, da Face - Faculdade de Ciências Econômicas e no Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU, da Escola de Arquitetura, ambas da UFMG.

\*Autor para correspondência e-mail: guilherme.ifnmg@gmail.com

Recebido em: 09/09/2018  
Aprovação final em: 20/12/2018

Doi: <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2019.v22i1.576>

**RESUMO:** Este artigo tem por foco o estudo da dinâmica socioespacial de áreas vulneráveis, a fim de produzir alternativas que visem à melhoria na qualidade de vida de seus moradores, visto que, essas áreas são afetadas pela pobreza, violência, riscos diversos, entre outros determinantes, além de constituírem áreas que, constantemente, não são incluídas em planos municipais de planejamento urbano. Desse modo, faz-se necessário o estudo da dinâmica sócio espacial dessas áreas pelo viés do planejamento urbano. Para tanto, foi estudado o caso do bairro Cidade Cristo Rei, localizado na cidade Montes Claros/MG, visto que, a cidade é de porte médio e possui grande importância socioeconômica para o norte de Minas. O bairro Cidade Cristo Rei está localizado na região central da cidade e possui um aglomerado subnormal dentro de seus limites, o que torna em uma área ainda mais vulnerável. A abordagem aqui pretendida está pautada no princípio do aprendizado social, isto é, busca alternativas diversas para o bairro supramencionado, que sejam um produto do diálogo entre o interesse social (participação popular) e o interesse público (governo municipal). Por fim, o planejamento urbano associado ao aprendizado social mostrou-se uma importante ferramenta de pesquisa capaz de aglutinar vários temas complexos sobre o território em questão e, desta forma, pode apontar princípios transformadores para outras regiões vulneráveis da cidade de Montes Claros e região.

**PALAVRAS-CHAVE :** Planejamento urbano; Vulnerabilidade; Aprendizado social.

### URBAN PLANNING IN AN AREA OF SOCIAL VULNERABILITY: A STUDY ON THE SECTION CIDADE CRISTO REI (MONTES CLAROS -MG, BRAZIL)

**ABSTRACT:** This article focuses on the study of the socio-spatial dynamics of vulnerable areas, in order to produce alternatives that aim at improving the quality of life of its residents, since these areas are affected by poverty, violence, various risks, among other determinants, as well as being areas that are not constantly included in municipal plans of urban planning. Thus, it is necessary to study the socio-spatial dynamics of these areas through the urban planning bias. For this purpose, the case of the neighborhood of Cristo Rei, located in the city of Montes Claros / MG, was studied, since the city is of medium size and has great socioeconomic importance for the north of Minas Gerais. The Cristo Rei City neighborhood is located in the central region of the city and has a subnormal cluster within its boundaries, which makes it an even more vulnerable area. The approach here is based on the principle of social learning, that is, it seeks different alternatives for the aforementioned neighborhood, which are a product of the dialogue between social interest (popular participation) and public interest (municipal government). Finally, urban

planning associated with social learning has proved to be an important research tool capable of bringing together several complex themes about the territory in question and, thus, can point to transforming principles for other vulnerable regions of the city of Montes Claros and the region.

**KEYWORDS:** Urban planning; Vulnerability; Social learning.

### INTRODUÇÃO

A partir de meados do século XX foi possível observar o crescimento populacional mundial em cidades. Esse crescimento está intimamente relacionado com a dinâmica populacional determinada pelas taxas de natalidade, taxa de mortalidade, mecanização da agricultura, migração urbano-rural, processo de industrialização nas cidades, dentre outros fatores, que contribuem para o fenômeno da *favelização* que acomete cerca de 78% dos países pobres do mundo (DAVIS, 2006).

A favelização pode ser definida como uma aglomeração populacional exacerbada em determinadas regiões da cidade, marcadas pela pobreza, infraestrutura precária e irregularidade fundiária. No Brasil, em 2010, aproximadamente 28% da população urbana residia nessas áreas precárias. Desde 2000, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) denominou tais regiões de *aglomerados subnormais* (MARICATO, 2000) (IBGE, 2010<sup>1</sup>).

Mais de 80% das cidades médias brasileiras possuem aglomerados subnormais. Isso implica que o processo de favelização é mais intenso nas cidades de porte médio<sup>2</sup>, já que o potencial econômico emergente da cidade média proporciona funcionalidade para a população de áreas rurais e cidades vizinhas de pequeno porte (LEITE, 2010).

A formação dos aglomerados subnormais é o resultado final de um processo de exclusão social existente na cidade. Uma das primeiras manifestações da exclusão social se dá pela *segregação espacial*. A segregação espacial é manifesta pela concentração de classes sociais com considerável desigualdade, de modo que a classe pobre tende a ocupar locais menos privilegiados da cidade. Ademais, “A segregação, [...] impede ou dificulta o acesso dos segregados a algum serviço, benefício, direito ou vantagem, seja público ou privado” (VILLAÇA, 2003, p. 2).

A população de baixa renda tende a ocupar os locais distantes dos grandes centros comerciais (exceto em caso de ocupação anosa). Além disso, as sedes de órgãos governamentais e serviços diversos se instalam, geralmente, próximas aos bairros de alta renda, o que acaba por gerar valorização monetária da terra, investimentos em infraestrutura de qualidade e circulação de produtos e serviços nessas áreas, distanciando tais benefícios dos aglomerados subnormais (VILLAÇA, 1996).

Janczura (2012) destaca outro desafio do aglomerado subnormal, que é a questão da *vulnerabilidade* quando determinado grupo social possui características que provocam uma predisposição a reagirem negativamente à existência de um risco social, econômico, político ou ambiental.

Para Gomes e Pereira (2005), a vulnerabilidade econômica e social são as principais fragilidades encontradas na população dos aglomerados subnormais, sendo elas originárias da miséria estrutural, baixa renda, do desemprego e da fraca interação nos laços solidários e familiares.

Na perspectiva de Rolnik (2002), a vulnerabilidade de um grupo social pode agravar-se de tal modo que o priva de direitos básicos como, segurança, justiça ou representação política. Pode-se dizer que, um território vulnerável está mais propenso a tornar-se violento e a ter pouca ou nenhuma representação política, o que resulta em dificuldade para construir alternativas que transformem efetivamente a realidade dos aglomerados subnormais.

<sup>1</sup> No Censo 2010, mais de 190 mil recenseadores visitaram 67,6 milhões de domicílios nos 5.565 municípios brasileiros. No site “<http://censo2010.ibge.gov.br/>” existem informações sobre todas as da pesquisa.

<sup>2</sup> Entre 100 mil e 500 mil habitantes (IBGE, 2010)

Mediante o exposto, é possível que os aglomerados subnormais possuam grandes desafios socioespaciais, haja vista as inúmeras variáveis que causam uma baixa qualidade de vida em seu território.

Tais variáveis devem ser abordadas por uma ferramenta metodológica com envergadura suficiente para aglutinar informações quantitativas e qualitativas.

Desse modo, o objetivo deste artigo é identificar e analisar a dinâmica socioespacial de aglomerado subnormal, no contexto de uma cidade de porte médio, para que, a partir de um estudo de caso, seja possível perceber os desafios recorrentes dos aglomerados subnormais, bem como, as possíveis alternativas locais que visem à melhoria da qualidade de vida dos residentes.

Em um projeto de pesquisa existem, pelo menos, três categorias de objeto: o objeto percebido, o objeto real e o objeto construído. O objeto “percebido” constitui nossa visão a respeito do mesmo; o objeto “real” configura-se como a totalidade na existência social, e o objeto “construído” que se caracteriza como uma tradução do real através de ferramentas (MINAYO, 2011).

O método científico utilizado nesse artigo foi o estudo de caso. Este método é proveniente do campo das Ciências Sociais e é amplamente utilizado nas pesquisas exploratórias, em que várias perspectivas sobre o objeto são analisadas. Para compor as evidências do estudo de caso podem ser utilizados documentos diversos, entrevistas e observação. De modo geral, o método empregado possui um tamanho de amostra reduzido e representativo. O estudo de caso mostra-se como uma poderosa ferramenta metodológica, capaz de explicar a relação entre o empírico e o prático do objeto de estudo (YIN, 1989).

O cenário deste estudo de caso é a cidade de Montes Claros que possui 361.915 habitantes, dos quais mais de 4% residem em aglomerados subnormais. Montes Claros é uma cidade polo do norte de Minas Gerais, especialmente no que tange à educação em ensino superior e ao comércio varejista, além de possuir uma localização privilegiada com denso entroncamento rodoviário (LEITE, 2010).

Quanto ao objeto para o estudo de caso, foi escolhido o bairro Cidade Cristo Rei (CCR), especificamente, o aglomerado subnormal, existente ao leste deste bairro, denominado neste artigo de LCCR. O LCCR é um dos aglomerados mais populosos em Montes Claros, com 2.075 residentes em um território de aproximadamente 70.000 m<sup>2</sup>. Constitui um aglomerado de ocupação populacional antiga, datada de um período anterior a 1950. O bairro está localizado, atualmente, na região central de Montes Claros, conforme aponta o Plano Diretor de Montes Claros de 2015 (PDMOC, 2015) (IBGE, 2010).

É importante mencionar que o aglomerado LCCR é uma área privilegiada na cidade, estando sujeita a políticas urbanas influenciadas pelo mercado imobiliário. Quanto à segurança pública, conforme apontam os dados de 2016 do *Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CIIDS)*, foram contabilizadas 4.729 ocorrências relacionadas ao tráfico ilegal de drogas em Montes Claros entre os anos de 2010 e 2015, dos quais incríveis 14% (667 ocorrências) ocorreram apenas no aglomerado LCCR (LEITE, 2010).

Diante desse contexto, o aglomerado da LCCR enquadra-se como um importante objeto de estudo para a temática em estudo. Ressalta-se que o presente autor teve o primeiro contato com os moradores do aglomerado LCCR em 2013, na ocasião, como professor voluntário de um dos projetos sociais existentes no bairro. Isso proporcionou relações de amizade com os alunos e com os respectivos familiares. Por este motivo, foi possível ter acesso a determinados locais e pessoas específicas do aglomerado LCCR.

Para alcançar os objetivos propostos sob a égide do planejamento urbano, esse artigo lançou mão ainda de procedimentos e dados típicos de uma pesquisa científica de cunho qualitativo e quantitativo, de modo a complementar os dados na busca por respostas (BONI; QUARESMA, 2005).

Quanto ao suporte teórico do estudo, este partiu da consulta e leitura de periódicos científicos, livros,

teses, dissertações e resumos de Congressos. Também foram utilizados *Formulários de entrevistas*<sup>3</sup> com o objetivo de extrair informações confiáveis dos moradores e agentes do bairro CCR, conforme mostra

o Tabela I (RICHARDSON, 1985).

Para conferir mais confiabilidade, seguridade e representatividade ao estudo de caso, as entrevistas foram realizadas com moradores de diversas faixas etárias e que residem no bairro CCR há mais de 10 anos. O maior desafio em realizar as entrevistas foi encontrar moradores dispostos a responder questionários sobre a influência do tráfico de drogas no aglomerado, haja vista o temor de moradores em sofrer retaliações por parte dos integrantes do tráfico. Por este motivo, o grupo amostral foi reduzido.

**Tabela I – Informações gerais sobre as entrevistas.**

| TIPO DE FORMULÁRIO              | IDENTIFICAÇÃO FORMULÁRIO(S)                                | TIPO DO ENTREVISTADO(A)   | QUANTIDADE ENTREVISTAS |
|---------------------------------|--|---|------------------------|
| MODELO A                        | E1-A   | Ex-Presidente Entidade Religiosa  | 1                      |
| MODELO B                        | E1-B; E2-B; E3-B; E3-B; E4-B; E5-B; E6-B                   | Moradores do bairro CCR   | 6                      |
| MODELO C                        | E1-C; E2-C; E3-C; E3-C; E4-C; E5-C; E6-C; E7-C; E8-C; E9-C | 3 Comerciantes;<br>6 servidores públicos (CRAS, PMMG, PSF, Faculdade FASA, Fica-Vivo, Departamento Projetos Prefeitura Montes Claros) | 9                      |
| TOTAL DE ENTREVISTAS REALIZADAS |  |   | 16                     |

Fonte: Próprio autor, 2016.

#### A IMPORTÂNCIA DO APRENDIZADO SOCIAL PARA O PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL ENVOLVENDO O SUBNÍVEL MICROLOCAL

##### A SOCIEDADE E A CIDADE CONTEMPORÂNEA

O objetivo final do planejamento urbano é melhorar a qualidade de vida da população cidadina. Entretanto, cada cidade é composta por uma população peculiar com necessidades específicas da vida local. Por esse motivo, é necessário entender o contexto urbano em que vive a sociedade contemporânea antes de falar sobre planejamento.

O *costume* é algo que referencia uma sociedade, de modo que ele orientou a sociedade inglesa no período anterior à revolução industrial. Entende-se por costume qualquer ato benéfico do povo para consigo mesmo e para com a natureza, praticado de forma repetitiva. Tal repetição gera em um grupo social comportamentos e ideologias tão específicas quanto às características geográficas de um território. Logo, grosso modo, o costume pode ser denominado também como *racionalidade social* (THOMPSON, 1998).

Na Europa do século XVI, a força do mercado inglês influenciou a concretização da revolução industrial, que por sua vez expandiu pelo mundo a *racionalidade de mercado*, com uma forte ideia de acúmulo, consumo e supervalorização do valor de troca. Entende-se assim que essa racionalidade possui uma lógica econômica (FURTADO, 1978).

Lefebvre (1999) escreveu que a cidade é um espaço político, permeada por uma relação de harmonia e de subsistência entre homem e natureza, além de possuir uma forte relação solidária entre as pessoas. Entretanto, com a inserção das indústrias (produção em larga escala a relação entre homem e natureza tornou-se frágil e a ideia do acúmulo/consumo e valor de troca do bem ganharam notoriedade. Nesse

<sup>3</sup>Apêndice A disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-1ywFvOF9tTOG81RURORkRYeI/view>>

ponto, inicia-se a era em que a sociedade passa a ser orientada pela racionalidade de mercado.

Na era do mercantilismo, os centros comerciais surgiam ao redor de uma igreja ou uma prefeitura, em uma praça, onde o comércio de produtos e serviços era praticado em meio ao fluxo de pessoas. Esta “centralidade” ainda é característica típica das cidades até os dias atuais. Para Henri Lefebvre (1999), a racionalidade de mercado tornou-se complexa e incorporou-se ao contexto da cidade contemporânea através de um processo denominado de *urbanização total*.

A cidade “totalmente urbanizada” é a cidade-centro, onde há um forte afluxo de pessoas, comércio, serviços, produtos, que atualmente não acontece apenas na praça, como ocorreu na era do mercantilismo, mas, no espaço da cidade como um todo. Consequentemente, a racionalidade de mercado é incorporada no contexto socioespacial-político da população urbana. Desse modo, a “centralidade” da cidade contemporânea e a racionalidade de mercado se expandiu de tal forma que se tornou a principal característica do mundo capitalista atual.

Na sociedade contemporânea, a racionalidade de mercado está incrustada profundamente nos diversos grupos sociais e presente em nosso cotidiano envolvendo tudo e todos em sua ideologia puramente econômica. Essa racionalidade de mercado impõe novas características, pois cria necessidades típicas da população pós-moderna; consequentemente produz novos padrões de consumo que alteram profundamente o modo de vida local de um grupo social urbano. Pode-se dizer assim que essa “nova” racionalidade de mercado é denominada de *Lógica Urbano Consumista Industrial (L.U.C.I.)*.

Para consolidar um resumo sobre a origem e atuação da racionalidade de mercado sobre a sociedade é preciso lembrar que as características dessa racionalidade foram abordadas, primeiramente, por Henri Lefebvre ao estudar os centros comerciais das cidades mercantis. Posteriormente, com o advento da globalização, essa racionalidade de mercado extrapolou os limites da cidade através do processo de *urbanização extensiva*, como apontou Monte-Mór (2007). Por fim, com a racionalidade de mercado orientando a mentalidade e o modo de vida da sociedade contemporânea, no qual, o consumismo é sua principal marca, e, por este motivo, denominada de L.U.C.I.

Neste sentido, o nome L.U.C.I. possui o termo “consumista” que representa a supervalorização do valor de troca dessa lógica, o termo “industrial” porque na revolução industrial essa lógica expandiu-se para todo o globo, e “urbano” porque está presente em toda a cidade e dissemina-se virtualmente através dela.

A L.U.C.I. influencia a população citadina através do mercado internacional. Nesse sentido, vale ressaltar que a cidade é o resultado final de uma complexa interação econômica, social, política, estrutural e cultural, de modo que:

A cidade se caracterizou como o espaço do poder, da festa, das trocas e da concentração do excedente coletivo, constituindo a centralidade da comunidade organizada onde se concentraram as instituições, leis e mecanismos de gestão, os serviços religiosos e as manifestações culturais, os monumentos, as trocas no mercado e os serviços coletivos de apoio à vida quotidiana (Monte-mór, 2007, p. 2).

Portanto, para a cidade contemporânea influenciada pela L.U.C.I., o planejamento urbano municipal surge com dois objetivos: melhorar a qualidade socioespacial de um território e promover a justiça social (liberdade de escolha associada à igualdade de acesso) (SOUZA, 2006).

#### O TERRITÓRIO E O APRENDIZADO SOCIAL

Outro aspecto de extrema relevância na construção do planejamento urbano para uma cidade está no entendimento sobre *território*, sendo que existem diversos conceitos sobre o tema, os quais estão intimamente ligados com os conceitos de lugar, cultura e identidade.

Segundo Souza (2006), o subnível microlocal do planejamento urbano pode ser representado por um bairro, onde as práticas cotidianas estão fortemente relacionadas à vivência coletiva do grupo social. Logo, parte-se do pressuposto que neste subnível microlocal existe uma dinâmica de vida que possui características sociais, econômicas, políticas, espaciais, etc., bem peculiares; consequentemente, pode-se dizer, grosso modo, que essa dinâmica de vida local de um bairro é considerada um *território*.

Para Santos (2006), coexistem lógicas e forças diversas em um território que muitas vezes são forças conflitantes. Desde o século XX, o mundo tem sofrido transformações estruturais que estão alterando as configurações sociais locais existentes, principalmente devido à globalização. É dizer que a globalização é responsável por estabelecer lógicas globais externas e distintas quando comparadas ao cotidiano da esfera local.

Pode-se inferir assim que a globalização é o meio pelo qual a L.U.C.I. é disseminada pelo mundo. Por outro lado, a globalização também produz um fenômeno denominado de *fluxo cultural*, que consiste quando práticas comuns se tornam práticas globais em determinados lugares. O consumismo configura-se como um exemplo visível sobre esse fenômeno, representado, por exemplo, pelos inúmeros shoppings, franquias relacionadas com os setores alimentares e de vestuários, que acabam por pulverizar seus produtos para a população de outras cidades (HALL, 2000; MASSEY, 2008).

Entretanto, faz-se importante pontuar que apesar dessa dominação ideológica gerada pela globalização, o mundo é um espaço não homogêneo, onde o ser humano vive através de inter-relações sociais locais e diversas. Existe uma *geometria do poder* na disseminação dessas lógicas econômicas globais, uma vez que o impacto da globalização não ocorre exatamente da mesma forma em todo o globo. Logo, uma cultura global nunca substitui uma cultura local (MASSEY, 2008).

A divergência entre o global e o local faz surgir um território, sendo que os valores culturais vão sendo criados por determinado grupo social. Esses valores culturais, por sua vez, influenciam o surgimento da cultura, que pode ser entendida como os valores, sentidos e símbolos de um povo. Nesse sentido, é possível inferir que a cultura está fortemente relacionada com a etnia, ou seja, com a língua falada, com as vestimentas usadas por um povo, etc., e que são determinadas pelos padrões morais e religiosos daquele povo (RUA, 2006; BARTH, 1998).

Em um trecho do livro, *Geografia cultural: uma antologia*, o autor aponta para a complexidade do conceito de cultura incrustada em um território:

A cultura hoje tende a ser compreendida como outra vertente do real, um sistema de representação simbólica existente em si mesmo e, se formos ao limite do raciocínio, como uma “visão de mundo” que tem sua coerência e seus próprios efeitos sobre a relação da sociedade com o espaço (BONNEMAISON, 2012, p. 280).

Se a cultura é um conjunto de símbolos hierarquizados, a identidade pode ser entendida como a representação destes símbolos, isto é, seu significado. Assim, a identidade de um grupo social está na vivência cotidiana dos símbolos, gerando a incorporação de seus significados, sendo exatamente por isso que a cultura se consolida. Por isso, a identidade pode ser compreendida como a “(...) a fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, 1999, p. 22).

Sahlins (1997) entende que a identidade é formada e transformada continuamente. Do mesmo modo, a cultura também se transforma ao longo dos tempos sendo, por isso, considerada dinâmica. A cultura é o motivo que explica a existência dos diversos grupos sociais espalhados pelo mundo, bem como o motivo pelo qual cada um destes grupos absorve e utiliza a lógica econômica global de modo diferente.

Laraia (2001) explica que o contato de uma cultura local com uma cultura global, pode reforçar ou criar novos benefícios para a cultura local. Nessa perspectiva:

Podemos agora afirmar que existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro. [...] É praticamente impossível imaginar a existência de um sistema cultural que seja afetado apenas pela mudança interna. (LARAIA, 2001, p. 96)

Por assim o ser, território é compreendido como a soma de interações entre lógicas culturais globais e locais. Conforme afirma Bonnemaison (2012):

[...] o território se constrói, ao mesmo tempo, como um sistema e um símbolo. Um sistema porque se organiza e se hierarquiza para responder às necessidades e funções assumidas pelo grupo que o constitui. Um símbolo porque se forma em torno de polos geográficos representantes dos valores políticos e religiosos que comandam sua visão de mundo (BONNEMAISON, 2012, p. 290).

Entende-se assim que o território não é simplesmente um espaço geográfico bem delimitado, mas também um complexo cultural peculiar, constituído por práticas cotidianas específicas de um grupo social. O território, grosso modo, pode ser definido como um *lugar*, onde um grupo social possui forte sentimento de pertença e onde sua identidade e suas relações são formadas.

Nesse sentido, para evitar que a racionalidade de mercado global (L.U.C.I) influencie negativamente a essência do planejamento urbano municipal, com sua lógica puramente econômica, é proposto neste artigo um caminho metodológico para o planejamento. Esse caminho é inspirado em Friedmann (1987), denominado por ele de *aprendizado social*.

Em estudos tradicionais sobre aprendizagem alguns teóricos afirmam a teoria como orientadora da prática social. A prática social e a teoria estão correlacionadas, uma nasce da outra, uma depende da outra. Significa dizer que a prática também exerce uma força sobre a teoria, sendo o processo de aprendizado social uma interação constante entre teórico e prático e, portanto, é dinâmico e pode sofrer contínuas mudanças ao longo do tempo (Friedmann, 1987).

Sobre a aprendizagem social, Friedmann (1987, p. 241) escreve:

É um ramo do saber que está relacionado com a atividade humana, especialmente aos processos sociais dinâmicos, analisando pela perspectiva de um ator envolvido com a prática. A aprendizagem social destaca o papel mediador dos pequenos grupos e enfatiza o diálogo como crucial para formação da prática social.

Entende-se por prática social, o costume de um povo, a história de um grupo, ou ainda, novas ações inseridas em determinado grupo social. É importante mencionar que esta prática social não é fixa, já que é alterada pela interação entre os próprios moradores do bairro, ou pela interação entre os moradores do bairro e agentes externos (estado, entidades, mídias, moradores de outros bairros, etc.).

Inserir o diálogo e a mediação como princípios na construção do planejamento urbano, visando produzir uma nova prática social, é fundamental para gerar mais benefícios e qualidade de vida para determinado grupo social. Segundo Friedman (1987), a aprendizagem de uma nova prática social só se efetiva em um grupo quando os atores envolvidos conseguem perceber uma mudança positiva em sua realidade cultural.

Portanto, o aprendizado social será utilizado para criar um diálogo entre perspectivas internas (locais) e externas (globais) do aglomerado LCCR. Assim, a aprendizagem social visa superar a contradição entre teoria e prática. Além disso, a experimentação das alternativas seguida da observação de resultados é essencial para produzir melhorias contínuas em um território vulnerável como o LCCR.

## RESULTADOS

### A HISTÓRIA DO BAIRRO CIDADE CRISTO REI

A história da origem do bairro CCR teve início em 1933, como descrito no *Documento da Associação Comercial de Montes Claros de 1953*<sup>4</sup>. Este documento descreve a área do bairro CCR como uma chácara de 22 alqueires, situada no bairro de São João que na época era uma área rural situada na periferia de Montes Claros. Posteriormente, o domínio legal da área majoritária passou a outros compradores, que atualmente pertence à prefeitura de Montes Claros.

Em 1944, uma entidade religiosa denominada de Conferência Cristo Rei adquire a área através de um arremate. Conforme *Carta do Bispo Luiz Victor Sartori de 1956*<sup>5</sup>, percebe-se que os líderes dessa entidade idealizaram um projeto denominado de *Cidade Cristo Rei*, que previa uma série de construções, como escolas, dormitórios, enfermaria, etc., para facilitar a execução de assistência integral aos pobres realizada pela entidade. Essa nomenclatura perdurou até os dias atuais, tornando-se o nome oficial do bairro utilizado pelo PDMOC de 2015. Quanto à evolução do espaço, foi produzida a Figura 2, que apresenta o perímetro do bairro CCR desde 1944 até os dias atuais, quando o aglomerado subnormal LCCR foi formado.

Em 1950, iniciou-se o processo de migração rural das cidades e vilarejos vizinhos para Montes Claros, processo que se intensificou em 1970 com o aumento da demanda por trabalho, em virtude dos investimentos provenientes da SUDENE.

Em todo este período, a entidade Conferência Cristo Rei realizou o apoio integral aos migrantes, fornecendo alimentos e cedendo espaços em sua propriedade para que os mesmos se estabelecessem. Assim, o início da ocupação populacional do bairro CCR foi marcado por migrantes rurais provenientes de cinco regiões rurais, a saber: Alto Rio verde, Coração de Jesus, Gerais de São Felipe, Mata do Rio Verde e Serra Geral (BRITO, 2011).

Com o aumento do fluxo populacional em 1970, os migrantes rurais que demandavam terras passaram a ocupar o terreno da Conferência Cristo Rei sem autorização dos confrades. Neste ponto, os confrades da entidade religiosa buscavam, junto à prefeitura de Montes Claros, o loteamento do terreno com o intuito de frear as invasões conforme descrito na *Carta conferência vicentina a prefeitura montes claros de 1977*<sup>6</sup> e *Carta Conferência vicentina ao Conselho Central de 1979*<sup>7</sup>.

Conforme o *Termo de compromisso da prefeitura à Conferência vicentina de 1979*<sup>8</sup>, o ex-prefeito, Antônio Rebello, em 1979, propôs criar e aprovar a planta para loteamento do terreno da Conferência, além de realizar o levantamento topográfico, determinar ruas e praças e executar a terraplanagem destas áreas sem custos para a proprietária. Em troca, a Conferência deveria doar parte do seu terreno (11.578,75m<sup>2</sup>) para a prefeitura, onde estava funcionando um educandário municipal desde 1975.

Apesar do acordo firmado, a prefeitura de Montes Claros não realizou integralmente as ações propostas, salvo a criação e aprovação da *Planta de 1977*<sup>9</sup>. Dessa forma, surgiu o primeiro e único plano urbano para o bairro CCR. O fracasso do acordo resultou na abertura de um processo judicial da Conferência Cristo Rei contra a prefeitura (*Sentença desapropriação indireta devido à invasão de 2001*<sup>10</sup>), alegando desapropriação indireta. A negligência da prefeitura quanto ao processo de invasão evoluiu para a ocupação ilegal do terreno da entidade religiosa.

<sup>4</sup>Anexo A disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-1ywFvOF9tTklfVjBoU0QwVEE/view>>

<sup>5</sup>Anexo B disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-1ywFvOF9tTklfVjBoU0QwVEE/view>>

<sup>6</sup>Anexo C disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-1ywFvOF9tTklfVjBoU0QwVEE/view>>

<sup>7</sup>Anexo D disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-1ywFvOF9tTklfVjBoU0QwVEE/view>>

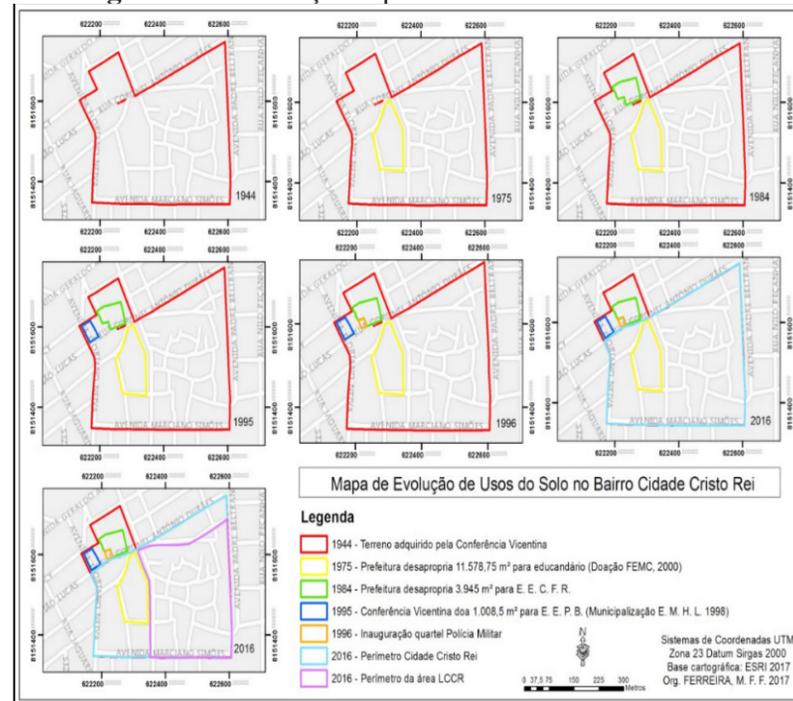
<sup>8</sup>Anexo E disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-1ywFvOF9tTklfVjBoU0QwVEE/view>>

<sup>9</sup>Anexo F disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-1ywFvOF9tTklfVjBoU0QwVEE/view>>

<sup>10</sup>Anexo G disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-1ywFvOF9tTklfVjBoU0QwVEE/view>>

Devido à derrota do processo judicial, a prefeitura pagou indenização compulsória e passou a ser a proprietária da área majoritária do bairro Cidade Cristo Rei, conforme mostrado na Figura 2. Com o fim do mandato do ex-prefeito Antônio Rebello, um novo candidato à prefeitura, Luiz Tadeu Leite, prometeu realizar obras de infraestrutura para os moradores que estavam em toda área do terreno da Conferência.

**Figura 2 – Mudança do perímetro entre 1944 e 2016.**



Fonte: Próprio autor, 2016.

Tais promessas resultaram em invasões em larga escala em um curto período de tempo. As invasões aumentaram de tal forma que até moradores de outros bairros integraram-se ao movimento de invasões ao bairro CCR. Após o período de campanha eleitoral, já no segundo semestre de 1982, o bairro CCR possuía aproximadamente 250 famílias, conforme apresentado pela *Matéria do Jornal Mais Lidode 1982*<sup>11</sup>.

Posteriormente, em 1984, conforme prometido, Luiz Tadeu Leite solicitou a distribuidora de energia CEMIG a instalação da rede elétrica no bairro CCR. Entretanto, a instalação não seguiu a *Planta de 1977*, o que resultou na instalação de postes de iluminação pública sem qualquer planejamento, conforme pode ser visto na *Carta da Conferência vicentina à Distribuidora de energia CEMIG de 1986*<sup>12</sup>. Conforme mencionado em entrevistas E1-B e E2-B (2016), a rede de água e esgoto também foi instalada no bairro, ainda no primeiro mandato do ex-prefeito Luiz Tadeu Leite. Isso produziu uma indiscutível melhoria na qualidade de vida dos moradores, produzindo grande satisfação entre os mesmos.

Apesar disso, a execução das obras não seguiu qualquer orientação da *Planta de 1977*, resultando na consolidação do desenho viário irregular da área LCCR, que é desintegrado da malha urbana da cidade de Montes Claros. Pode-se inferir assim que a ocupação ilegal, associado à falta da execução do planejamento urbano, resultou no processo de favelização ao fim de 1982 e deu origem ao aglomerado subnormal LCCR.

No que diz respeito aos principais eventos históricos sobre o bairro CCR, vale a pena ressaltar o

<sup>11</sup>Anexo H disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-1ywFvOF9tTklfVjBoU0QwVEE/view>>

<sup>12</sup>Anexo I disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-1ywFvOF9tTklfVjBoU0QwVEE/view>>

período em que o tráfico de drogas se insere no aglomerado LCCR; resultando no complexo território caracterizado pelo alto número de ocorrências relacionadas ao tráfico.

Os projetos subsidiados pela SUDENE perderam força a partir de 1990, período em que 47 projetos foram paralisados, desta forma, mais de 13.407 empregos foram perdidos em Montes Claros e região vizinha. Logo, entre 1990 e 2000, o desemprego aumentou proporcionalmente ao Índice de Criminalidade Violenta (ICV), sendo necessária a busca por outras alternativas de geração de renda (PEREIRA, 2010).

A crise econômica, aliada ao recente processo de favelização, contribuiu para a criação de um ambiente propício para o comércio de drogas, visto que a configuração espacial da área LCCR permitia discrição aos compradores e facilitava a fuga dos vendedores. Nesse contexto, alguns moradores do bairro começaram a realizar a comercialização dos tóxicos.

Ainda no início da década de 1990, surge na área LCCR uma gangue conhecida como “Camorra”, liderada por um personagem conhecido como “Jonas”. A gangue “Camorra” foi composta com dois propósitos, o primeiro de comercializar drogas (maconha e cocaína) através da fixação de pontos de vendas na área LCCR; o segundo foi realizar a proteção dos pontos através da segurança armada (E1-B, 2016).

Esse intento marcou o início da era do tráfico de drogas na área LCCR, que até ao final da década de 1990 incitou outros vendedores de pequeno e médio porte a aderirem essa prática ilegal, introduzindo diversos outros tipos de droga. As práticas violentas da gangue “Camorra” foram responsáveis por trazer renome à área LCCR como uma das regiões mais violentas e dominantes quanto ao comércio de drogas em Montes Claros (E1-B, 2016).

Mediante esse contexto, facções extremamente organizadas se formaram para comercializar drogas e proteger os pontos de venda. As duas facções de maior relevância que se estabeleceram na área LCCR foram, a facção de “Malboro” e a facção de “Ninha”, ambas surgiram no fim da década de 1990. Por mais de dez anos estas facções se rivalizaram, disputando pontos de venda privilegiados dentro da área LCCR causando verdadeiras guerras, sendo que os moradores eram as principais vítimas (E2-B, 2016).

É importante destacar que os chefes executivos destas facções se alteraram ao longo dos anos, de tal modo que os nomes “Ninha” e “Malboro” são utilizados atualmente simplesmente como referência e diferenciação entre as facções. Em 2013, curiosamente, as duas facções decidiram estabelecer um pacto de paz, que deu cabo às guerras internas na área LCCR.

O suposto motivo para tal acordo de paz teria sido uma orientação do Primeiro Comando da Capital (PCC) através de uma carta proveniente do Rio de Janeiro, como afirma um dos entrevistados na resposta 42 da entrevista E5-B (2016): “Diz que veio uma carta do PCC lá do Rio de Janeiro orientando eles acabar com isso, porque era ruim pros negócios né?! Eles fizeram até palanque aí e fizeram as camisas da paz. Aí foi bom pra gente (moradores)”. Porém existem na região outros traficantes dentro da área LCCR, sendo que cada vez mais jovens e adolescentes se integram ao sistema de tráfico, produzindo novos vendedores e traficantes no aglomerado.

Percebe-se que o aglomerado LCCR não é apenas um território delimitado em determinado espaço físico, mas, pode ser considerado como um território composto de uma história cultural, isto é, um “lugar” que possui uma identidade peculiar com relações sociais específicas. Por fim, pode-se afirmar que a população residente no bairro Cidade Cristo Rei também possui uma prática social consolidada, tal prática possui aspectos positivos e negativos para os mesmos conforme descrito ao longo deste tópico.

#### PANORAMA CONTEMPORÂNEO E ALTERNATIVAS DO AGLOMERADO LCCR

Dos resultados alcançados em pesquisa de campo, vale ressaltar a questão do espaço e aspectos estruturais da área LCCR. Primeiro, o bairro CCR está localizado na região centro-oeste de Montes Claros e

é rodeado por um anel de serviços e comércios que gera redução de custos para os moradores com transportes devido à proximidade de locais como hospitais, padarias, comércios, etc. (PDMOC, 2015; ARRUDA, 2009).

Outra vantagem que a localização central do aglomerado subnormal LCCR proporciona para os moradores é a redução da especulação imobiliária, pois evita a aplicação arbitrária da lei, isto é, políticas urbanas de remoção que visam transformar áreas privilegiadas da cidade em residenciais para classe média e alta. A permanência do aglomerado LCCR em uma região central também inibe a segregação espacial e promove a justiça socioespacial, pois permite que seus moradores desfrutem de benefícios variados como, melhor infraestrutura, diversidade de produtos, fácil acesso a serviços, etc. (MARICATO, 2000; VILLAÇA, 1997).

O aglomerado LCCR encontra-se em uma área plana distante do leito de um corpo hídrico, de modo que não existe risco geográfico e/ou ambiental que obrigue uma remoção do aglomerado. Vale ressaltar que mais de 92% das casas existentes no aglomerado LCCR possuem padrões construtivos aceitáveis, isto é, possuem piso de cimento ou cerâmica e laje ou telhado, não implicando assim na necessidade de construir novos e onerosos conjuntos habitacionais para abrigar os residentes do referendado aglomerado (LEITE, 2010; MOURA; PRATA, 2008).

Dos 16 moradores, comerciantes e servidores públicos, entrevistados, 15 acreditam que um projeto de reurbanização para o aglomerado LCCR seria uma solução mais viável se comparada a um projeto de remoção. Nesse sentido, é essencial que o aglomerado LCCR permaneça em sua atual localização, porém, é importante que sejam realizados projetos de reurbanização que visem revitalizar o aglomerado.

Conforme apresenta o Plano Diretor de Montes Claros (2015), o bairro CCR é uma área com altíssimo adensamento populacional, conseqüentemente, as edificações construídas não seguem nenhuma planta urbana e tendem a se expandir para a área leste que é imprópria para habitação. O alto número de edificações em uma pequena área gera muita proximidade das moradias, o que contribui para um risco de incêndio, conforme apresenta o mapa das áreas de risco em Montes Claros (LEITE, 2010; PDMOC, 2015).

Outros motivos que reforçam a necessidade de realizar um plano de reurbanização são a irregularidade fundiária e informalidade das ligações da rede elétrica/água existentes na área. Conforme apontaram as companhias de saneamento básico de água e esgoto e de energia elétrica, respectivamente COPASA e CEMIG, existem 26% de ligações diretas (“gato”) da rede elétrica/água no bairro CCR.

Destaca-se que a atual configuração espacial do aglomerado LCCR fomenta o comércio de drogas, além de dificultar o monitoramento da polícia militar no aglomerado. Tais fatos foram relatados nas entrevistas pelos próprios moradores e policial, conforme apontaram as respostas de E2-B (morador) e E6-C (policial militar), respectivamente, “...o beco dá fuga pra *os envolvidos* né? Quando a polícia tá por aqui mais perto eles *fica* mais quieto” e “A configuração das ruas como está ali dificulta enormemente o trabalho da polícia militar. É muito estreito, principalmente pro veículo poder passar”.

A regularização fundiária para população de baixa renda está prevista no artigo 2º do Estatuto da Cidade, lei nº 10.257 de 2001. Em Montes Claros, o artigo 7º, inciso VII da lei nº 2.921 de 2001, prevê a regularização fundiária e melhoria das moradias dos aglomerados existentes na cidade; o artigo 30º, inciso VI e VII da mesma lei, prevê a complementação de infraestrutura urbana para aglomerados.

Com vista à reurbanização do aglomerado LCCR, já existe um caminho legislativo que permite tal ação. A lei nº 4.198 de 2009 instituiu o aglomerado LCCR como uma *Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)* de Montes Claros, de tal modo que o aglomerado está protegido contra remoções repentinas. Além disso, a lei nº 3.936 de 2008 prevê que equipamentos sociais e culturais, espaços públicos e serviços de caráter local sejam construídos em ZEIS, como é o caso do aglomerado LCCR.

Entretanto, o processo de regularização fundiária e a realização de obras urbanísticas no aglomerado LCCR não se fazem automaticamente. A *Política Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS)* e o *Conselho*

*Municipal de Habitação (CMH)*, ambos implantados em Montes Claros pela lei nº 3.995 de 2008, precisam dar atenção especial às áreas de vulnerabilidade social, como é o caso do aglomerado LCCR, conforme previsto pelo artigo 1º dessa mesma lei, além de terem a autoridade para realizarem melhorias domiciliares e regularização fundiária através de programas diversos, conforme previsto pelo artigo 7º.

Nesse sentido, avançar mais uma etapa no processo legislativo é essencial. Quanto à regularização fundiária pode-se realizar o levantamento de famílias que podem receber o título de propriedade, bem como suas respectivas demarcações de terreno, processo que auxiliará a concessão de títulos de propriedade aos moradores.

No que diz respeito ao plano urbanístico para o aglomerado LCCR, pode-se solicitar pedido de abertura para averbação de auto demarcação do aglomerado, conforme previsto pelo artigo 195-b da Lei de Registros Públicos. Outro caminho seria a criação de uma lei municipal que declare a efetivação da regularização fundiária e reurbanização para o aglomerado LCCR.

Nesse sentido, é necessário trabalhar através das redes de entidades em parceria com os moradores, afim de que os planos se efetivem com o mínimo de impacto socioespacial para aglomerado LCCR. Existem projetos de reurbanização para o aglomerado LCCR que foram realizados entre 2005 e 2007, através do estímulo do Ministério Público em parceria com universidades, faculdades, moradores e prefeitura de Montes Claros, como é o caso do projeto *Semeando Dignidade*<sup>13</sup>.

Em uma das etapas deste projeto de reurbanização está previsto um plano urbanístico que utiliza pouco investimento financeiro (comparado a projetos de remoção) e que visa à alteração da morfologia do aglomerado LCCR, causando o mínimo de impacto socioespacial. Tal plano pode ser visto pela Figura 3, que contrasta com a morfologia atual da área LCCR.

Como já abordado, a ocupação populacional da área LCCR é antiga, o que gera um forte senso de pertencimento dos moradores com o território geográfico, que é repleto de histórias que se consolidaram em uma identidade cultural sólida. Isso gera relações solidárias intensas que facilitam a reprodução social dos moradores de aglomerados subnormais. Portanto, a capacidade dos moradores em se organizarem potencializa e produz também alternativas locais para aumento de renda.

Mediante essa perspectiva, foi realizado um mapeamento que georeferenciou e identificou o potencial econômico dos moradores através dos comércios e serviços existentes na área LCCR, conforme apresenta a Figura 4. A imagem demonstra que o *bar/lanchonete* é o comércio mais comum no aglomerado, assim como serviços relacionados à beleza, como cabelereiro e manicure.

Assim, é essencial potencializar o trabalho informal através de incentivos fiscais municipais, da formação de cooperativas ou promoção de eventos culturais locais que gerem renda para os moradores e, desta forma, reduzir a influência econômica do tráfico de drogas sobre os residentes.

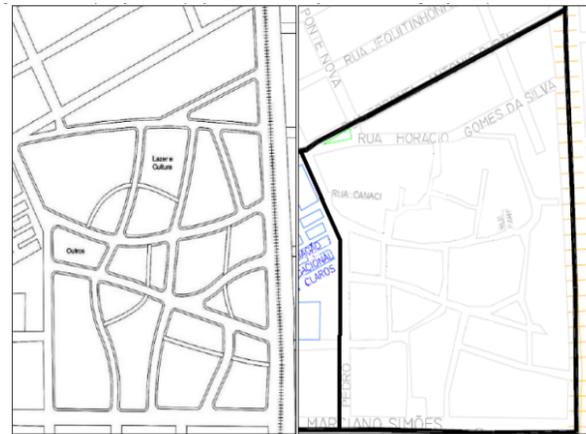
Não obstante, a diversidade de comércios e serviços existentes no aglomerado LCCR também é utilizada pelos envolvidos no tráfico, isso gera uma relação de dependência econômica dos moradores em relação ao tráfico, conforme aponta a resposta 20 da entrevista E4-C (comerciante A): Aqui tem produto que *sai* que talvez não *sairia* tanto se meu comércio fosse em outro lugar. O “Gilete” (lâmina de barbear) eles usam para mexer com droga, o saquinho de chupa-chupa usam pra embalar a droga (...).” Essa relação também pode ser percebida na fala do entrevistado E4-C (comerciante B), “Eles (envolvidos ao tráfico) compram muito. Sem eles aqui eu não sou ninguém. Aqui rola dinheiro”. “Portanto, é extremamente importante incentivar novas alternativas de renda para os moradores do aglomerado LCCR, visto que, “(...) a pobreza, principalmente aquela mais numerosa, crônica e desencantada nos marcos do ‘subdesenvolvimento’, compõe o caldo cultural de que se nutre o tráfico em suas diversas escalas” (SOUZA, 2000, p.105).

Nesse contexto, a L.U.C.I. impõe uma perspectiva puramente econômica na sociedade contemporânea

<sup>13</sup>Mapa 3 Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0B-1ywFvOF9tTZFo5dWRIZXNYVUE>>

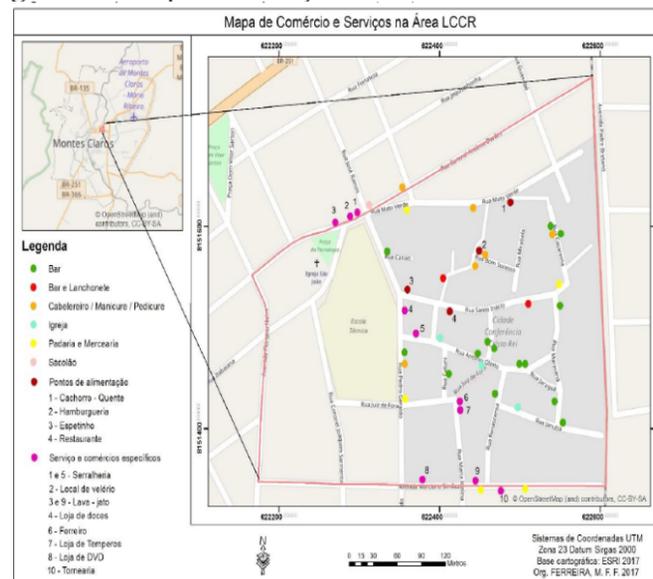
e provoca uma distorção no conceito de “pobreza” e “necessidade”, isto é, a pobreza deixa de ser um conceito interpretado por uma cultura local e passa a ser percebida como uma escassez econômica.

**Figura 3** – Comparação entre projeto de reurbanização e configuração espacial LCCR 2016.



Fonte: Adaptado de Projeto Semeando Dignidade, 2007.

**Figura 4** – Mapa de serviços e comércios da área LCCR.



Fonte: Próprio autor, 2017.

Essa perspectiva econômica incute na cosmovisão de um grupo social a falsa necessidade de bens e produtos disponíveis no mercado (divulgados pelas mídias), de modo que, quem não adquire tais produtos ou serviços é considerado como “pobre”. Por isso, a L.U.C.I. impõe um consumismo desnecessário e gera o estigma da pobreza (SACHS, 2000).

Importa dizer que a sociedade, de um modo geral, está aprisionada pela racionalidade proveniente da L.U.C.I. Ou seja, tudo e todos são categorizados unicamente pelo viés econômico, o que induz a classe média e alta a continuar excluindo o pobre. Já para a população de baixa renda essa ideia gera uma

cosmovisão determinista do mundo a sua volta, produzindo uma cultura passiva que é característica em parte dos moradores de aglomerados subnormais.

Essa série de eventos supracitados facilita o surgimento do tráfico como alternativa econômica para os moradores de aglomerados, pois é uma fonte de dinheiro rápido que permite aos seus beneficiários consumir os produtos que o mercado oferece. Desta forma, quando alguém compra ou consome um bem “desejável”, o mesmo deixa de ser categorizado como um “necessitado” e torna-se um “igual”, provando o seu valor para a sociedade. Portanto, um dos principais motivos em inserir-se no sistema do tráfico está no que ele representa, ou seja, status, poder, dinheiro e acesso a bens e produtos configuram essa inserção social, tornando-se um trampolim para a mudança da realidade vivida (PEREIRA, 2010).

Através da verificação da área de atuação do comércio de drogas, apresentado na Figura 5, é possível perceber a abrangência da influência do sistema do tráfico. Sabe-se que o tráfico de drogas em aglomerados subnormais produz problemas sociais diversos para esses territórios. No caso do aglomerado LCCR, os principais problemas são a banalização do uso de álcool/drogas, a quantidade de crianças ociosas e o alto número de gravidez na adolescência, conforme apontam moradores e servidores públicos entrevistados.

Quanto ao álcool e drogas, percebe-se que além do prazer e satisfação pessoal decorrentes do uso dos mesmos, há entre os jovens a banalização proveniente de uma prática repetida e vivenciada. Isso implica que a cultura local adere ao uso de tais substâncias como práticas cotidianas normais, de tal maneira que o uso de álcool e drogas se tornou um meio pelo qual o morador se socializa com amigos e vizinhos, justificando assim o altíssimo número de bares existentes na área LCCR.

Os traficantes, frequentemente, remuneram seus empregados com drogas/álcool e isso retroalimenta o vício do usuário. Além disso, as crianças e adolescentes percebem a droga/álcool como uma forma de serem aceitos por um grupo, o que acaba por contribuir para o fim da fase infantil e o início da fase adulta.

Desse modo, pode-se inferir que a população do território LCCR se apropria dessas práticas supracitadas de forma específica, provocando consequências negativas para a realidade social do território e constituindo características da sua identidade cultural local. Ademais, as práticas ilícitas facilitam o processo de aliciamento de novos integrantes que, conforme apontaram as entrevistas, integram crianças a partir de 10 anos de idade.

Aproximadamente 16% dos moradores do aglomerado LCCR são menores de idade e possuem uma forte presença na rua, que é utilizada como espaço de lazer e socialização. Por outro lado, várias ruas do aglomerado são utilizadas como pontos de venda de drogas, conseqüentemente, crianças e envolvidos ao tráfico interagem direta e indiretamente nestes espaços. Nessa interação, os atos dos envolvidos com o tráfico são vistos diariamente pelos jovens, o que acaba por estimular comportamentos violentos e competitivos entre os mesmos (IBGE, 2011)(ZALUAR, 2011).

Tal fato pode ser percebido pela contínua “necessidade” dos homens afirmarem sua masculinidade (ethos guerreiro) através da demonstração de força física ou pela utilização de comunicação agressiva em conflitos sociais, características comuns em aglomerados dominados pelo tráfico de drogas (PEREIRA, 2010).

Tais características geram estigmas sobre os aglomerados subnormais os caracterizando como territórios rodeados pelo preconceito e exclusão social. Isso pode ser comprovado pela alta taxa de prisões efetivas e apreensões no bairro CCR, que chega a 74,9%, enquanto em outros bairros a mesma taxa gira em torno de 20%. Significa dizer que presos e apreendidos dentro do aglomerado LCCR têm uma probabilidade muito maior de serem encarcerados ou internados (SOUZA, 2000) (CIIDS, 2016).

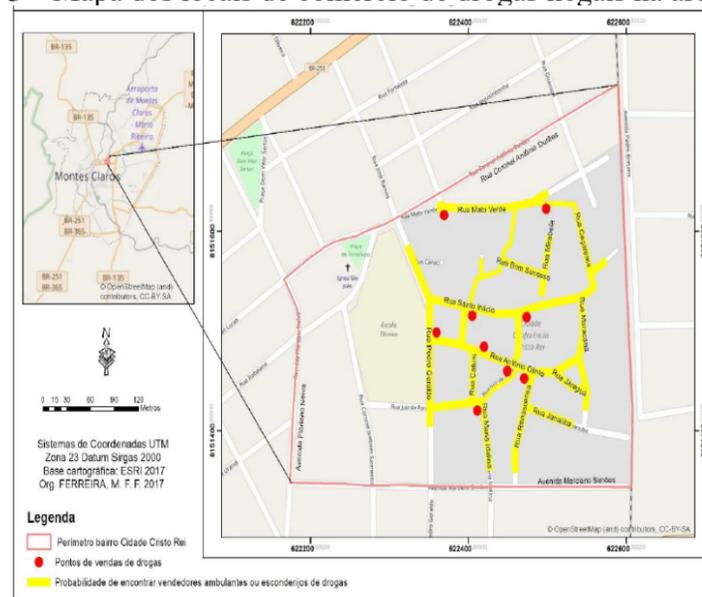
Nesse sentido, as crianças e adolescentes aliciados acabam por ocupar cargos menos importantes (“olheiros”, “aviões”) no sistema do tráfico e, por este motivo, estão mais expostos nas ruas, resultando em apreensões e encaminhamentos aos centros de reabilitação para menores. Tal fato, além de gerar

super aglomeração nos centros de reabilitação, permite que traficantes e “donos de bocas”, que realmente gerenciam o comércio de drogas, continuem protegidos e distantes das ruas, já que crianças e adolescentes são uma farta mão-de-obra barata para fazer frente a esse tipo de comércio.

Por esse motivo, os próprios moradores utilizam estratégias para reduzir a presença das crianças e adolescentes nas ruas como, permanecer reclusos em suas casas por longos períodos ou limitar horários para utilizar a rua. Portanto, é essencial estabelecer metas junto à gestão municipal que visem proteger crianças e adolescentes do selvagem sistema do tráfico.

No sentido de pontuar algumas dessas metas, podem ser citadas estratégias tais como: construção de creches, que atendam o público menor dos 10 anos de idade, para que através da educação seja possível conscientizar pais e crianças quanto ao aliciamento do tráfico; reativação de programas esportivos existentes, como por exemplo, *Segundo Tempo na Escola*, que visa promover a prática de esportes nas próprias escolas estaduais, ou *Escola Aberta*, que fomenta o uso dos espaços esportivos das escolas aos finais de semana.

**Figura 5** – Mapa dos locais de comércio de drogas ilegais na área LCCR.



Fonte: Próprio autor, 2017.

Outro ponto a ser mencionado é a gravidez na adolescência, entendida como consequência da sexualidade iniciada precocemente entre crianças e adolescentes, seja por meio de abusos dentro do próprio núcleo familiar, seja pelo contato com envolvidos no tráfico (rua, baile funk, etc.), ou ainda, através do rompimento de laços familiares (GOMES & PEREIRA, 2005).

Portanto, qualquer ação que vise promover a melhoria socioespacial do aglomerado LCCR deve ter a instituição familiar como foco fundamental, visto que ela é a entidade que preza pela dignidade, acolhimento, educação e socialização e, portanto, milita diretamente contra a cultura do tráfico. Nesse sentido, potencializar programas educacionais que priorizem o atendimento familiar é essencial para consolidar novas práticas sociais em um aglomerado, por exemplo, os programas do PAIF ou reuniões de associação de moradores (ZALUAR, 2011).

Por fim, o presente autor reconhece que a análise crítica do bairro CCR, bem como as alternativas

socioespaciais aqui propostas são limitadas ao estudo de caso. Por outro lado, tais aspectos permitem ao leitor orientar-se dentro do contexto dos desafios enfrentados pelos diversos aglomerados subnormais espalhados pelo Brasil, para, posteriormente, aprofundar-se em questões peculiares de cada aglomerado.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso sobre o aglomerado subnormal LCCR esclareceu alguns aspectos importantes sobre o planejamento urbano, com enfoque no subnível microlocal. Primeiro, a participação popular, bem como a inclusão de planos urbanos em áreas vulneráveis constitui responsabilidade do governo municipal. Planos participativos e claramente focados em aglomerados subnormais podem gerar melhoria na qualidade de vida dos moradores, facilitando o acesso dos mesmos aos equipamentos urbanos e promovendo a autonomia.

É preciso entender que o comércio de drogas insere cidades médias brasileiras em rotas internacionais que visam a Europa ou os E.U.A., o que aumenta a probabilidade de desenvolver tais sistemas em cidades pólo, como é o caso de Montes Claros. Além disso, o subsistema do comércio de drogas varejista, que é mais heterogêneo e descentralizado, tem ganhado espaço nas cidades médias, onde organizações criminosas consolidadas ainda não dominaram (SOUZA, 2000).

Além disso, as alternativas de renda ilegais estão inseridas nestes territórios devido à baixa renda de seus moradores, o que contribui para o surgimento de estigmas sociais. Logo, é extremamente necessário estudar outras áreas vulneráveis existentes em cidades médias, pois um estudo sobre a dinâmica socioespacial poderá mostrar se tais territórios são propensos à formação de sistemas de tráfico de drogas.

Este estudo possibilitou perceber que, no caso do bairro CCR, as principais influências negativas do sistema de tráfico de drogas em um território são: o enfraquecimento dos núcleos familiares, essenciais no processo de socialização das crianças; a disseminação da “cultura de rua” (violência, competitividade, etc.) que tornam práticas negativas e ilegais em práticas comuns dentro de um grupo social; a dependência financeira do dinheiro do tráfico, que usa desse poder para fomentar o aliciamento de jovens; e o controle social coercitivo imposto pelos traficantes aos moradores.

Mesmo diante de um cenário social negativo, existem estratégias locais positivas que podem ser utilizadas como metodologias que resultem em alternativas para melhoria da qualidade de vida em territórios vulneráveis. Entretanto, tais estratégias só podem ser percebidas mediante o estudo da dinâmica socioespacial pautada no planejamento urbano, uma vez que o planejamento urbano possui envergadura suficiente para aglutinar diversos temas complexos relacionados a um grupo social ou um território.

Mediante o exposto nesta discussão foi possível depreender que o planejamento urbano permite ao pesquisador tratar a dinâmica socioespacial em subnível microlocal, isto é, atividades do cotidiano entrelaçadas a uma vivência coletiva de um grupo social. Além disso, o planejamento urbano permite o diálogo com a perspectiva macro, isto é, o contexto de uma cidade como um todo.

Também foi possível perceber que o aprendizado social é uma ferramenta metodológica de apoio ao planejamento urbano que visa novas práticas sociais positivas para um determinado grupo social através do diálogo entre as necessidades do interesse social e os deveres e limites do interesse público. Portanto, pode-se aumentar a participação popular em qualquer plano urbano através do aprendizado social.

As estratégias positivas locais que surgiram neste estudo de caso se mostraram como poderosos instrumentos, que podem promover a justiça socioespacial, bem como gerar autonomia e autoestima em um grupo social vulnerável. Tais estratégias são diversas e serão abordadas nas estrofes que se seguem.

Em um território composto por uma população massiva de crianças e adolescentes, percebe-se que a educação é um dos principais instrumentos de integração dos mesmos à sociedade, o que nos leva

a refletir se os espaços escolares têm sido alvo de investimentos governamentais consistentes. Incluir entidades diversas, capazes de auxiliar o investimento em cursos que objetivem o desenvolvimento do empreendedorismo, e da inserção no mercado de trabalho são importantes estratégias para desenvolver uma cultura coletiva e autônoma e promover uma barreira preventiva contra a “cultura da rua”.

No que tange à qualidade de vida em territórios vulneráveis, percebeu-se que é necessário fortalecer as relações solidárias entre os moradores, pois facilitam a organização e reprodução social, inclusive potencializam a criação de serviços e comércios locais. Evitar o deslocamento de grandes massas populacionais de seus habituais de moradia em aglomerados subnormais antigos auxilia também na preservação cultural dos mesmos. Além disso, a proximidade da população dos aglomerados subnormais a espaços públicos e comércios/serviços diversos disponíveis em áreas centrais da cidade facilita o acesso a tais equipamentos urbanos e promove redução da especulação imobiliária, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

Por outro lado, ficou evidente a necessidade de realizar obras urbanísticas em aglomerados para que as redes viárias sejam reorganizadas, integrando os aglomerados à rede urbana da cidade, visto que, uma obra desse tipo gera valorização das moradias, aumento da autoestima da população, inibe o comércio de drogas em pontos de venda ocultos, facilita o monitoramento da polícia em tais locais, bem como fomenta espaços de cultura e lazer, como quadras e academias ao ar livre.

Por fim, o sucesso para supressão do tráfico de drogas não está apenas no reforço do trabalho policial, mas sim na valorização do trabalho informal e em outras fontes de renda para as populações de áreas vulneráveis. Nesse sentido, estudos sobre os empreendimentos locais existentes em áreas vulneráveis são essenciais, pois podem trazer alternativas práticas que visem desvincular o tráfico de drogas como principal fonte de renda destes territórios.

As alternativas aqui apresentadas foram baseadas na experiência deste estudo de caso, sendo extremamente necessário não transpor as mesmas aqui propostas para outros territórios vulneráveis sem a realização de estudos prévios, visto que, a dinâmica socioespacial é alterada de lugar para lugar.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, A.P.S.N.de. **Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes**. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – UENF, 2009.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

BONI, V. ;QUaresma, S. J. Em tese. **Revista Eletrônica dos Pós-graduados em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis, v.2, n.1 , p. 68-80; Jan-julho, 2005.

BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

BRITO, G. S. **Migrações rural/urbano e fluxos de conhecimento agroecológico: o caso de Montes Claros, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado Ciências Agrárias) - ICA/UFMG, 2011.

CARDOSO, A. L. Urbanização de favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando os desafios. In: ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR., **Anais...**, v. 12, 2007.

CASTELLS, M.. **O poder da identidade**. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

FRIEDMAN, J. **Planning in the public domain: from knowledge to action**. Princeton, Princeton University Press, 1987.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1978.  
GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

IBGE. **Pesquisa nacional de saneamento básico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 16 de outubro de 2011.

JANCZURA, R. Vulnerabilidade ou risco social? **Textos & Contextos**. v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEFEBVRE, H. **A revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.

LEITE, M. E. Favelas em cidades médias: algumas considerações. **Caminhos de Geografia**, v. 11, n. 34, 2010.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; Vainer, C.; Maricato, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192

MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

MONTE-MÓR, R. L. de M. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In: FELDMAN; Fernandes A. (Eds.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador: EDUFBA, 2007. P. 93-114

MOURA, A. H. H.; PRATA, M. Morphological Analysis and Urban Intervention in a Piece of Montes Claros:

The Conferência Cidade Cristo Rei. In: INTERNATIONALSEMINARONURBAN FORM. Ouro Preto, MG, 2007. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/006508.shtml>>.

PDMOC. **Plano diretor de montes claros** 2015. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/planodiretor/planodiretor2015.htm>>.

PEREIRA, E. da C. **Diagnóstico sociológico dos crimes de homicídios no município de Montes Claros no período de 2005 a 2008**. Montes Claros, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - UNIMONTES, 2010.

RICHARDSON, R. J.et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

ROLNIK, R. É possível política urbana contra a exclusão? **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo - Editora Cortez, v. 72,p. 53-61, 2002. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/politicaurbanacontraexclusao.pdf>

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Revista de Geografia** Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11781/6895>

SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder. Tradutores Vera L. M. Joscelyne S. de G.; Jaime A. C. Petrópolis, Vozes, 2000.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). **Mana**. Rio de Janeiro , v. 3, n. 1, p. 41-73, Apr. 1997 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131997000100002&lng=en&nr m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100002&lng=en&nr m=iso)>. Acesso em 30 Julho 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 560p.

SOUZA, M. L. de. **O desafio metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VILLAÇA, F. **A segregação e a estruturação do espaço intre-urbano**: o caso de Recife. Seminário Da Rede De Dinâmica Imobiliária E Estruturação Intra-Urbana, v. 2, 1996. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/pirnp896.pdf>

VILLAÇA, F. A segregação urbana e a justiça (ou A justiça no injusto espaço urbano). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, ano, v. 11, p. 341-346,

2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10597/12339>

YIN, R. K. - **Case Study Research**: design and methods. Sage Publications Inc. USA, 1989.

ZALUAR, A. M. **Drogas além da biologia**: a perspectiva sociológica. In: SIMPÓSIO DROGAS. Rio de Janeiro, 2011.